

## OPERAÇÃO SAVANA

No início de junho, em Rondônia, a Polícia Federal (PF) prendeu um **procurador federal**, que atuava no **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**, um **assessor jurídico da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEDAM)**, um **advogado** e **empresários madeireiros**, acusados de exploração ilegal de madeira.

As prisões foram resultados da **Operação Savana**, iniciada pela Superintendência da PF no Estado após nove meses de investigações.

Durante a operação, os 160 policiais do Acre, do Amazonas, de Mato Grosso e de Rondônia cumpriram dez mandados de prisão e trinta de busca e apreensão, expedidos pela justiça Federal.

As investigações identificaram **quatro grupos criminosos**, que agiam para obter **dinheiro de forma ilícita, por meio da exploração madeireira**. Um dos grupos atuava dentro da **SEDAM**.

Servidores da secretaria com acesso ao sistema informatizado expediam licenças ambientais indevidas. Além disso, um assessor jurídico **diminuía o valor de multas** aplicadas pela fiscalização, por meio da emissão de pareceres acertados previamente. Outro grupo atuava na **Superintendência do IBAMA em Porto Velho (RO)**.

O **procurador federal** em exercício possibilitava a **liberação de empresas lacradas**, a **diminuição dos valores de multas** e a **desconstituição de autos de infração lavrados pela fiscalização**.

De acordo com levantamento da **ONG IMAZON**, nos **três primeiros meses de 2008**, os Estados do Mato Grosso e do Pará derrubaram juntos 214 Km<sup>2</sup>, contra 77 Km<sup>2</sup> em 2007. Quase três vezes mais.

Segundo o secretário de Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, o aumento do desmatamento pode ser um reflexo da pressão nos preços das “**commodities**” - (qualquer bem em estado bruto, de origem agropecuária, de extração mineral ou vegetal, produzido em larga escala mundial e com características físicas homogêneas, seja qual for a sua origem, destinado ao comércio externo no mercado mundial - cada um dos produtos primários: café, açúcar, soja, trigo, petróleo, ouro, diversos minérios, gado, etc.), cujo preço é determinado pela oferta e procura internacional).

**Carlos Minc Baumfeld**, ex-professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ministro do Meio Ambiente, foi empossado em **27 de maio de 2008**.



**Ministro do Meio Ambiente do Brasil - Carlos Minc Baumfeld**

Descendente de família judaica, aos dezoito anos, cursando o Colégio de Aplicação da UFRJ, foi vice-presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES), cargo de liderança no meio estudantil em plena ditadura militar.

**Ex-guerrilheiro**, por sua participação em atos da esquerda armada contra o regime fez com que fosse **preso, em 1969**.

Foi libertado em 1970, juntamente com outros 40 prisioneiros políticos libertados em troca do embaixador da então Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben, que fora seqüestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e pela Ação Libertadora Nacional (ALN), e exilado. Retornou ao Brasil em 1979 através das concessões da lei da anistia.

Em 1978, Minc terminou o **curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, pela Universidade Técnica de Lisboa**.

**Doutorou-se em Economia do Desenvolvimento na Universidade de Paris, em 1984**.

É membro-fundador do **Partido Verde (PV)**, juntamente com **Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis**, tendo sido eleito deputado estadual em 1986, e reeleito, agora no Partido dos Trabalhadores (PT), em 1990, 1994, 1998 e 2002, quando obteve a sua votação mais expressiva de todos os tempos.

Defensor do socialismo libertário, Minc também declara que uma de suas bases programáticas é o **direito das minorias e o meio ambiente**.

É autor de inúmeras leis aprovadas pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, das quais muitas são voltadas para a **defesa do meio ambiente** enquanto outras têm mais a ver com a **cidadania**.

Recebeu o **Prêmio Global 500**, concedido pela ONU às pessoas que se destacaram na defesa do meio ambiente em âmbito mundial.

Além de sua atuação política, é autor de várias obras:

- Como Fazer Movimento Ecológico (Vozes; 1985)
- A Reconquista da Terra (Zahar; 1986)
- Ecologia e Política no Brasil (Espaço e Tempo/Iuperj; 1987), organizado por José Augusto Pádua, em co-autoria com Fernando Gabeira e outros estudiosos
- Despoluindo a Política (Relume Dumará)

Nas eleições de 2006 reelegeu-se consecutivamente mais uma para o cargo de deputado estadual, somando 78.311 votos.

O governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, em 22 de novembro de 2006, confirmou a nomeação de Minc para o cargo de secretário do meio ambiente.

Uma frase do ministro:

**“O Rio de Janeiro eu conheço muito bem, mas o Brasil eu conheço muito mal”**.

Minc reforçou a possibilidade de empregar as **Forças Armadas** na **proteção ambiental da Amazônia**, enfatizando o aspecto **“altamente estratégico”** que a **floresta tem para o País**.

Outra frente em que pretende atuar é na conservação da **Mata Atlântica**, que **perdeu 93% da cobertura original**. No novo mandato, a prioridade será o combate ao **desflorestamento**.

De acordo com o ministro, a novidade ficará por conta da adoção de ações complementares para impedir o aumento do **desmatamento na Amazônia**.

“Ainda em maio, começaram a ser **confiscados soja e cereais produzidos nas áreas embargadas da Amazônia**. No final de junho, o **“boi pirata”, criado em áreas embargadas, também passou a ser apreendido**. Para impedir que recursos financeiros cheguem aos agentes do desflorestamento, o

**crédito passa a ser dado apenas a quem se legalizar do ponto de vista fundiário e ambiental”, garante o ministro”.**

**“Outra medida importante é o fato de que grandes consumidores - madeireiras, siderúrgicas e frigoríficos - serão responsabilizados como co-autores dos crimes ambientais cometidos por seus fornecedores”.**

**“A partir de 15 de junho, eles terão 60 dias para notificar seus fornecedores de que só poderão comprar soja e gado criado em terras legalizadas, adquirir madeira com certificado e insumos que não provocaram a destruição da floresta em sua produção”.**

Com isso, Minc pretende fazer que **“os grandes ajudem na fiscalização”.**

Com relação ao **desenvolvimento sustentável**, ele objetiva **criar fundos para a recuperação de áreas degradadas e estabelecer um preço mínimo para produtos obtidos por extrativismo**, o que traria estímulo financeiro para a região **sem a necessidade de destruir a floresta**.

A modernização da indústria madeireira, outra meta do ministro, ajudaria a evitar o desperdício e a estimular o manejo florestal.

A Mata Atlântica também não foi esquecida nos planos de Minc. O ministro lançou o **Programa Áreas Protegidas da Mata Atlântica**, para o qual conseguiu, ainda no final de maio, promessa de apoio financeiro de algumas instituições alemãs.

Como parte do programa, criou-se um parque de Mata Atlântica no Rio de Janeiro, um corredor florestal de 38 mil hectares. No dia do meio ambiente o presidente Lula, também anunciou a criação de áreas protegidas nesse bioma, em especial na Bahia.

**Um ditado popular:**

**“Usar é necessidade, abusar é desperdício. O abuso faz com que tudo acabe”.**

**Luiz Antonio Batista da Rocha**

Eng. Civil - Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental

[rocha@outorga.com.br](mailto:rocha@outorga.com.br) – [www.outorga.com.br](http://www.outorga.com.br)